



Justiça,
Cidadania
e Serviço



4ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 2025

Resultados do 3º trimestre

PAUTA

Salvador - BA
15 de dezembro de 2025

1. DESEMPENHO DE INDICADORES POR OBJETIVO ESTRATÉGICO (Resultados do 3º trimestre/2025)

FORTALECER A RELAÇÃO INSTITUCIONAL COM A SOCIEDADE

	1º Tri		2º Tri		3º Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i1 – Índice de confiança no TRE-BA		Medido bianualmente		Medido bianualmente		Medido bianualmente		
i2 – Índice de Transparência		Medido anualmente		Medido anualmente	97%	98,42%		

PRESTAR SERVIÇO DE QUALIDADE AO PÚBLICO

	1º Tri		2º Tri		3º Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i3 – Índice de satisfação de clientes para atendimento presencial	88%	96,07%	88%	94,61%	88%	94,51%		
i4 – Índice de satisfação de clientes para atendimento virtual	85%	91,57%	85%	90,64%	85%	90,45%		
i5 – Taxa de unidades de atendimento acessíveis	97%	96,57%	97%	97,55	97%	97,55%		

FOMENTAR A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

	1º Tri	2º Tri	3º Tri	Final
--	--------	--------	--------	-------

	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i6 - Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral	75	70	75	70	75	100		
i7 – Taxa de instituições de ensino alcançadas por ações de cidadania	15%	11,65%	15%	12,45%	15%	13,65%		
i8 - Taxa de pessoas capacitadas em vagas disponibilizadas a mulheres e minorias em relação às candidaturas de 2020		Medido anualmente		Medido anualmente		Medido anualmente		

AUMENTAR A AGILIDADE E A PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								
	1° Tri		2° Tri		3° Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i9 – Taxa de agilidade no julgamento de processos no 1º grau	90%	99,77%	90%	99,56%	90%	98,75%		
i10 – Taxa de agilidade no julgamento de processos no 2º grau	95%	100%	95%	100%	95%	100%		
i11 – Taxa de julgamento de processos de conhecimento no 1º grau (Meta Nacional n.º 1 do Poder Judiciário/CNJ)	100%	Não mensurado	100%	94,13%	100%	102,18%		
i12 – Taxa de julgamento de processos de conhecimento no 2º grau (Meta Nacional n.º 1 do	100%	113,57%	100%	112,65%	100%	111,06%		

Poder Judiciário/CNJ)														
i13 – Taxa de julgamento de processos antigos no 1º grau (Meta Nacional n.º 2 do Poder Judiciário/CNJ)	100% (a)	100% (b)	Não mensurado		100% (a)	100% (b)	133,54% (a)	0,00% (b)	100% (a)	100% (b)	135,01% (a)	100% (b)		
i14 – Taxa de julgamento de processos antigos no 2º grau (Meta Nacional n.º 2 do Poder Judiciário/CNJ)	100% (a)	100% (b)	100% (a)	100% (b)	100% (a)	100% (b)	100% (a)	100% (b)	100% (a)	100% (b)	100% (a)	100% (b)		
i15 – Taxa de congestionamento líquido no 1º grau	Até 33%		68,19%		Até 33%		24,24%		Até 33%		7,43%			
i16 – Taxa de congestionamento líquido no 2º grau	Até 35%		34,41%		Até 35%		29,53%		Até 35%		19,39%			

COMBATER A CORRUPÇÃO, A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E OS ILÍCITOS ELEITORAIS

	1° Tri				2° Tri				3° Tri				Final			
	Meta		Resultado		Meta		Resultado		Meta		Resultado		Meta		Resultado	
i17 – Taxa de julgamento dos processos que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade -1º grau (Meta Nacional nº4 do Poder Judiciário/CNJ)	100% (a)	100% (b)	Não mensurado		100% (a)	100% (b)	0,00% (a)	118,53% (b)	100% (a)	100% (b)	30,30% (a)	158,24% (b)				

i18 – Taxa de julgamento dos processos que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade – 2º grau (Meta Nacional n.º 4 do Poder Judiciário/CNJ)	100% (a)	100% (b)	100,0% (a)	200,00% (b)	100% (a)	100% (b)	100% (a)	200% (b)	100% (a)	100% (b)	100% (a)	200% (b)				
i19 - Taxa de iniciativas fomentadas pelo TRE-BA que visam a acelerar a tramitação de ações criminais no 1º Grau			Medido anualmente				Medido anualmente				Medido anualmente					
i20 – Taxa de julgamento das prestações de contas anuais de partidos políticos – 1º grau	80%		29,41%		80%		33,66%		80%		85,85%					
i21 – Taxa de julgamento das prestações de contas anuais de partidos políticos – 2º grau	100%		50%		100%		100%		100%		100%					
i22 – Taxa de julgamento de prestações de contas eleitorais de partidos políticos e candidatos não eleitos – 1º grau	80%		35,64%		80%		80,81%		80%		98,72%					
i23 – Taxa de julgamento de prestações de contas eleitorais de partidos políticos e candidatos não eleitos – 2º grau	95%		80,77%		95%		100%		95%		100%					
i44 - Taxa de cumprimento do Plano de Integridade do TRE-BA			Medido anualmente				Medido anualmente				Medido anualmente					

APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA E A GESTÃO ADMINISTRATIVA

	1° Tri		2° Tri		3° Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i24 – Taxa de maturidade em gestão de riscos		Não mensurado (cancelado)		Não mensurado (cancelado)		Não mensurado (cancelado)		
i25 – Taxa de maturidade em gestão de processos		Não mensurado (cancelado)		Não mensurado (cancelado)		Não mensurado (cancelado)		
i26 – Taxa de maturidade em Governança		Medido bianualmente		Medido bianualmente		Medido bianualmente		
i27 – Taxa de processos organizacionais mapeados, com gestão de riscos e indicadores estabelecidos		Medido anualmente		Medido anualmente		Medido anualmente		
i43 – Taxa de execução do plano de ação para disseminação de gestão de riscos e de processos		Medido anualmente		Medido anualmente		Medido anualmente		

MELHORAR A COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA

	1° Tri		2° Tri		3° Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i28 – Índice de qualidade da comunicação administrativa		Medido bienalmente	60%	34,95%	60%	34,95%		
i45 – Grau de consciência estratégica do TRE-BA		Medido anualmente		Medido anualmente		Medido anualmente		

PROMOVER A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

	1° Tri		2° Tri		3° Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i29- Índice de desempenho de sustentabilidade - IDS		Medido anualmente	60%	70,93%	60%	70,93%		
i30 – Taxa de alcance das metas do Plano de Logística Sustentável		Medido anualmente		Medido anualmente		Medido anualmente		

APRIMORAR A GESTÃO DE PESSOAS

	1° Tri		2° Tri		3° Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i31 – Taxa de pesquisa de clima organizacional		Medido bienalmente	60%	64,20%	60%	64,20%		

i32 – Índice de Governança e Gestão de Pessoas (iGovPessoas/iESGo-TCU)		Medido bienalmente		Medido bienalmente		Medido bienalmente		
i46 - Taxa de ausência de servidores efetivos por motivo de saúde própria (TASE)		Medido anualmente		Medido anualmente		Medido anualmente		




PROMOVER A MELHORIA CONTÍNUA DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO DE TIC								
	1° Tri		2° Tri		3° Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i33 – Taxa de satisfação dos usuários de TIC		Medido anualmente		Medido anualmente		Medido anualmente		
i34 – Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura (iGovTIC-JUD)		Medido anualmente		Medido anualmente	90%	96,28%		
i35 – Índice de execução do PDTIC		Medido anualmente		Medido anualmente		Medido anualmente		
i36 – Índice de Adesão à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD		Medido anualmente		Medido anualmente		Medido anualmente		

i37 – Índice de Adesão a Pesquisas de Satisfação Padronizada (indicador do ENTIC-JUD/CNJ)		Medido anualmente		Medido anualmente		Medido anualmente		
---	--	--------------------------	--	--------------------------	--	--------------------------	--	--

APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

	1° Tri		2° Tri		3° Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i38 – Taxa de aderência da execução ao planejamento orçamentário		Medido anualmente		Medido anualmente		Medido anualmente		
i39 – Taxa de execução financeira		Medido anualmente		Medido anualmente		Medido anualmente		
i40 – Taxa de evolução da liquidação da despesa		Medido anualmente		Medido anualmente		Medido anualmente		
i41 – Taxa de liquidação dos créditos destinados às iniciativas estratégicas		Medido anualmente		Medido anualmente		Medido anualmente		
i42 – Taxa de inscrição em restos a pagar		Medido anualmente		Medido anualmente		Medido anualmente		

Legenda

Meta alcançada 	Meta não alcançada 	Não mensurado 
---	---	--

2. DELIBERAÇÕES

2.1. OBJETIVO: PRESTAR SERVIÇO DE QUALIDADE AO PÚBLICO

- ✓ Proposta de prorrogação do período de execução da ação *a18 – Aprimorar a acessibilidade digital na intranet e internet institucionais* (SEI 0004266-39.2023.6.05.8000).

Período de execução	
DE	PARA
2023.2 a 2025.2	2023.2 a 2026.2

Justificativa: A SPR/ASSINC (doc. 3621961) propõe nova prorrogação do período de execução da iniciativa até 2026.2, **tanto em razão da data final estabelecida para a Entrega 2 (Realização de campanha para divulgação do Guia de boas práticas de acessibilidade digital)**, prevista para dezembro/2026, conforme cronograma de divulgação acordado com a ASCOM, **quanto para permitir a adequada análise do protocolo de verificação digital pelas unidades envolvidas (Entrega 3)**, já considerando, se possível e necessário, o que foi previsto no Acórdão 2099/2025-TCU-Plenário.

A proposta conta com a anuência da COPEG/SEGOVE (doc. 3632924).

2.2. OBJETIVO: APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA E A GESTÃO ADMINISTRATIVA

- ✓ Proposta de definição dos processos a serem mapeados em 2026, com especificação na ficha técnica do *i27 – Taxa de processos organizacionais mapeados, com gestão de riscos e indicadores estabelecidos*, nos seguintes termos:

De	Para	Justificativa
Sem processos priorizados para mapeamento em 2026	Processos a serem mapeados em 2026: - Educação para a cidadania (EJE) - Execução Orçamentária e Financeira das despesas com contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra (SOF/COGEORC e SOF/COFIC) <i>Iniciado, mas não concluído, em razão da sua complexidade</i> - Gestão da logística de transmissão de resultados das eleições (SPL/COELE) <i>Indicação da COELE/SEGEL com anuência da SPL/COPEG/SEGEPRO</i>	Segundo a COPEG/SEGEPRO, os 3 processos atendem aos critérios de criticidade do Tribunal, ressaltando que o mapeamento do processo de Educação para a cidadania decorre de Recomendação de Auditoria homologada (docs. 3447105 e 3457415, SEI 0013112-74.2025.6.05.8000.

2.3. OBJETIVO: APRIMORAR A GESTÃO DE PESSOAS

- ✓ Proposta de adequação da ficha técnica do indicador *i46 – Taxa de ausência de servidores efetivos por motivo de saúde própria* (TASE) (SEI 0017024-79.2025.6.05.8000).

Justificativa: A COPEG/SESTAT (doc. 3544849), considerando a decisão da Presidência (doc.

3421048, SEI n.º 0023254-11.2023.6.05.8000), instou a SGP/COASA/SEDAS a analisar a sugestão preliminar de adequação da ficha técnica do indicador, a fim de contemplar a alteração de sua forma de medição, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Resolução CNJ n.º 623/2025, nos seguintes termos:

Nome do Indicador	
De:	Para:
Taxa de ausência de servidores efetivos por motivo de saúde própria (TASE)	Taxa de ausência de servidores efetivos por motivo de doença (TASE)
O que mede	
De:	Para:
As ausências dos servidores nas suas jornadas normais de trabalho por licença para tratamento da própria saúde.	As ausências dos servidores nas suas jornadas normais de trabalho por licença por motivo de doença em pessoa da família, para tratamento da própria saúde, por motivo de acidente em serviço ou por motivo de doença profissional.
Para que medir	
De:	Para:
Monitorar o grau de afastamento dos servidores efetivos em decorrência de licença médica ou odontológica para tratamento da própria saúde para propor intervenções que visem à sua redução	Monitorar o grau de afastamento dos servidores efetivos em decorrência de licença médica ou odontológica para tratamento da saúde para propor intervenções que visem à sua redução
Fórmula de Cálculo	
De:	Para:
<p>Número de dias de ausência por motivo de saúde própria (por servidor) (DAMSP), dividido pelo total de servidores efetivos ao final do período (SEFP), multiplicado pelo total de dias no período (DP), multiplicado por cem.</p> $TASE = [DAMSP / (SEFP \times DP)] \times 100$ $\frac{\text{Número de dias de ausência por motivo de saúde própria (por servidor)}}{\text{Servidores efetivos ao final do período} \times \text{Dias do ano}} \times 100$ <p>Obs.: Recepcionada a fórmula adotada pelo CNJ para medir absenteísmo por motivo “saúde”, excluindo-se os magistrados do câmputo.</p>	<p>Número de dias de ausência por motivo de doença (por servidor) (NDAMD), dividido pelo número de servidores efetivos ao final do período (SEFP), multiplicado pelo total de dias corridos no período (DP), multiplicado por cem.</p> $TASE = [NDAMD / (SEFP \times DP)] \times 100$ $\frac{\text{Número de dias de ausência por motivo de doença (por servidor)}}{\text{Servidores efetivos ao final do período} \times \text{Dias do ano}} \times 100$ <p>Obs1: Recepcionada a fórmula adotada pelo CNJ para medir absenteísmo por motivo “doença”, excluindo-se os magistrados do câmputo.</p> <p>Obs2: A abrangência da taxa de ausência dos(as) Servidores(as) efetivos do TRE-BA inclui as licenças por motivo de doença em pessoa da família, para tratamento da própria saúde, por motivo de acidente em serviço ou por motivo de doença profissional.</p>

A SGP/COASA/SEDAS (doc. 3574120 e3614400) manifestou concordância com os ajustes propostos.

- ✓ Proposta de criação do projeto p17. Liderança Inclusiva e Equidade de Gênero (SEI 0018290-04.2025.6.05.8000).

Justificativa: Em atendimento à Recomendação da RDI n. 77/2025/SEAPE/SAU (doc. 3419465, SEI 0011828-31.2025.6.05.8000) e com a finalidade de impulsionar a implementação da Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina no âmbito do TRE-BA (Resolução n.º 18/2025), a Comissão de Participação Feminina propôs a criação do projeto estratégico p17. *Liderança Inclusiva e Equidade de Gênero*, nos termos da minuta da ficha técnica (doc. 3600742).

A proposta conta com a anuência da COPEG/SEGOVE que, no ensejo de sua manifestação (doc. 3604887), anexou minuta da ficha técnica revisada e em formato editável (doc. 3605465), para apreciação do Conselho de Governança.

p17. Liderança Inclusiva e Equidade de Gênero

BREVE DESCRIÇÃO

Impulsionar a implementação do disposto na Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (Resolução n.º 18/2025), por meio da realização de diagnóstico institucional quanto à equidade e à inclusão de gênero e raça, criação de Painel Estatístico para acompanhamento dos percentuais da participação de homens e mulheres, com recorte interseccional de raça, bem como a atualização da Resolução Administrativa n.º 18/2025.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Perspectiva do Mapa Estratégico	
APRENDIZADO E CRESCIMENTO (PESSOAS)	
Objetivo estratégico	Entrega(s)
Aprimorar a Gestão de Pessoas	Entrega 1 Realização de diagnóstico institucional
	Entrega 2 Criação de Painel Estatístico
	Entrega 3 Revisão e atualização da Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, caso necessário.

Unidade Responsável – **Comissão de Participação Feminina**

Unidade de Apoio – **Secretaria de Gestão de Pessoas**

Indicador – Taxa de execução do cronograma da iniciativa

2.4. OBJETIVO: PROMOVER A MELHORIA CONTÍNUA DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO DE TIC

- ✓ Proposta de exclusão do indicador i37 – Índice de Adesão a Pesquisas de Satisfação Padronizada (Indicador do ENTIC-JUD/CNJ) (SEI 0006595-53.2025.6.05.8000).

Justificativa: A mensuração do indicador depende da disponibilização, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de um modelo padronizado de pesquisa de satisfação a ser utilizado por todos os tribunais.

De acordo com a ficha técnica, o indicador mede o “percentual de serviços que possuem pesquisa padronizada e preconizada pelo CNJ em comparação ao total de pesquisas realizadas”.

Como o referido modelo ainda não foi disponibilizado pelo CNJ, a STI (doc. 3577774 e 3577955) sugere a exclusão do indicador i37 - Índice de Adesão a Pesquisas de Satisfação Padronizada (Indicador do ENTIC-JUD/CNJ).

2.3. OBJETIVO: APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- ✓ Proposta de redução das metas do indicador i41 - Taxa de liquidação dos créditos destinados às iniciativas estratégicas (SEI 0004543-84.2025.6.05.8000).

Meta	
DE	PARA
2025: 60%	2025: 40%
2026: 65%	2026: 55%

Justificativa: Em razão das ponderações da SOF, constantes do Relatório de Monitoramento e Avaliação do Desempenho dos Indicadores Estratégicos – 4º Trimestre de 2024, acerca de entraves administrativos apontados como possíveis causas de gargalos na liquidação dos recursos ao longo do ano, a COPEG/SESTAT (doc. 3256004) instou aquela Secretaria a avaliar a possibilidade de ajustes nas metas do indicador.

De acordo com a COPEG/SESTAT (doc. 3256004), os resultados obtidos entre 2022 e 2024 (19,04%, 20,46% e 20,69%, apesar de serem crescentes, não são da mesma proporção das metas, que partem de 40%, em 2022, até 65% em 2026.

Entendendo pertinente o ajuste, a SOF/COGEORC/SEPLANC (doc. 3397484) sugere a redução das metas 40% em 2025 e 55% em 2026.

Argumentou que os resultados bem abaixo das metas anuais previstas ocorreram, principalmente, devido às dotações recebidas para as obras de reforma de imóveis, cujos valores são empenhados no exercício, ou seja, há execução do orçamento, mas só ocorre a liquidação efetiva das despesas no exercício seguinte.

Considerou que a finalização das reformas de maior vulto, como a do Edifício-Sede e a do Anexo 3, acarretará menor distorção no indicador, com expectativa de alavancagem do percentual de liquidação.

A proposta conta com a anuência da COPEG/SESTAT (doc. 3544694), uma vez que os novos percentuais permanecerão desafiadores, considerando que, no ciclo, o melhor desempenho ocorreu em 2024, com 20,69%.

- ✓ Proposta de prorrogação do período de execução p12. Qualificação do Processo de Fiscalização do Contrato no âmbito da execução Orçamentária e Financeira (SEI 0004543-84.2025.6.05.8000).

Período de execução	
DE	PARA
2022.1 a 2025.2	2022.1 a 2026.1

Justificativa: A gerente do projeto (doc. 3516061), com anuência de sua patrocinadora (doc. 3633702), propõe, com base no cronograma ajustado, a prorrogação do período de execução dessa iniciativa, sob os seguintes argumentos:

- enfrentamento de desafios pela gestão orçamentária e financeira do TRE-BA ao longo do exercício;
- aumento significativo das demandas institucionais, em contraste com a limitação da força de trabalho disponível;
- prorrogação, neste ano, do processo de planejamento orçamentário Ordinário e de Pleitos Eleitorais, este último estendendo-se até o mês de setembro;
- realização das cinco fases de revisão da LOA/2025, incluindo o recebimento de créditos adicionais no último trimestre, abrangendo dotações de pessoal, benefícios, custeio e investimento para execução até o final do mês de dezembro.

A proposta conta com anuência da COPEG/SEGOVE (doc. 3631965)